

## Resenhas



Mike Davis.  
*Cidades mortas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.  
*Planeta favela*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006;  
*O monstro bate à nossa parte: a ameaça global da gripe aviária*. Rio de Janeiro: Record, 2006a.

Henrique Carneiro

As condições habitacionais dos pobres das cidades inglesas foram o ponto de partida de Friedrich Engels, em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), para uma crítica aos fundamentos do sistema capitalista criador da pauperização crescente das populações emigradas do campo e reunidas em condições insalubres como “exército industrial de reserva”. Nos dias de hoje, essa tradição crítica do marxismo em relação à crise urbana refloresce nas obras do urbanista e historiador californiano Mike Davis (p. ex., Davis, 1993 e 2001). Sua perspectiva ambiciosa aponta para a necessidade de uma “ciência urbana realmente unificada”, a qual ainda mal podemos vislumbrar, mas que deveria tentar compreender a dialética entre a “cidade e a natureza” (2007, p.413).

Uma das conseqüências do que ele chama de “era da Nasa”, foi a retomada do conceito de biosfera do geólogo russo Vernadsky, em 1926, que tentava reunir a geologia e a biologia para compreender suas interações. A vida na Terra pode parecer uma película superficial, mas toda a biomassa que já existiu no planeta representa

uma massa de cerca de mil a dez mil vezes maior do que a massa do próprio planeta! (Idem, p.382.) A grande mudança histórica é que nos últimos duzentos anos a espécie humana se tornou “o principal agente geomórfico a esculpir a paisagem” (idem, p.411. ver tb. Davis, 2002). E o resultado se assemelha cada vez mais a um tipo de deserto.

Nuvens de poeira da seca na China atravessam o Pacífico. Um terço da pesca industrial mundial é destinada para ração de galinhas e porcos. A vazão dos fertilizantes nitrogenados no golfo do México cria zonas mortas, chamadas de “eutróficas”. O derretimento do Ártico no verão é um fenômeno que não se via a mais de um milhão de anos. Catorze milhões de veículos apenas no sul da Califórnia entopem todos os dias as estradas durante horas de congestionamentos monstruosos. Dejetos químicos contaminam as cadeias alimentares. A taxa de crescimento do número de favelados concentrados em megacidades supera a de aumento da população global.

O ponto de convergência da crítica de Davis é a noção de cidade, originalmente vista como um refúgio diante dos perigos da natureza selvagem e que se tornou hoje em dia o centro de todos os pavores e inquietações. A “ecologia do medo”, como ele denomina esse foco de estudos que constitui um novo nicho acadêmico, os “estudos do medo”, visa compreender como a vida urbana tornou-se tão monstruosa. E não é para menos, diante do apocalipse anunciado é preciso cada vez mais desenvolver uma “epistemologia da catástrofe”.

Essa tarefa que Davis identifica em Wovoka, o líder messiânico indígena do século XIX, que lançou o movimento chamado de “Dança Fantasma”, em 1889, que previa a desapareição dos brancos em catástrofes naturais e o renascimento da cultura indígena, também cabe a nós nos dias de hoje: pensar uma “epistemologia neocatastrofista para reinterpretar a história ocidental” (idem, p.46). Para isso, não basta refletir sobre os dramas presentes e seus desdobramentos possíveis e prováveis, mas também retomar a crítica histórica do significado do século XX.

Em algum momento de meados do ano de 2007 ocorreu um fato inédito na distribuição da população planetária: pela primeira vez na história da humanidade há mais pessoas vivendo em cidades do que no campo. Esse crescimento urbano se concentra em megacidades, especialmente na periferia pobre, em condições de crescente degradação das condições sanitárias e ambientais. O desmatamento e a poluição são o resultado de um modelo industrial de consumo de combustíveis fósseis e de disseminação atmosférica dos derivados de carbono que fizeram dos Estados Unidos o maior espoliador perdedor dos recursos naturais globais. A entrada crescente da China na economia de mercado, no entanto, irá trazer nos próximos anos um montante ainda maior de degradação ecológica.

O complexo do *agribusiness* que pressupõe a agricultura extensiva sob controle de grandes empresas com uso de sementes transgênicas, a criação de animais confinados em enormes quantidades, a destruição das formas de pequena agricultura e criação de animais, o desmatamento e a destruição de espécies, a globalização financeira, o poder crescente dos monopólios e o empobrecimento de camadas cada vez maiores de populações em expansão demográfica em regiões urbanas são um conjunto de fatores interligados.

No ano da Revolução Francesa havia no mundo cerca de vinte milhões de pessoas vivendo em cidades, hoje são mais de três bilhões. Em 1950, existiam 86 cidades no planeta com mais de um milhão de habitantes, hoje são 400, em 2015 prevê-se que serão 550 (2006, p.13). A grande crise presente e futura do capitalismo, o verdadeiro “choque de civilizações”, como Davis parodia a fórmula de Samuel Huntington, é entre as crescentes populações urbanas faveladas e o sistema que as exclui não apenas da prosperidade, mas até mesmo da sobrevivência, pois passam cada vez mais a serem consideradas como “humanidade excedente” e, portanto, populações descartáveis.

As megacidades do século XXI são um contínuo urbano-rural em que o campo não precisa mais migrar para a cidade, pois esta migra para o campo, num “urbanismo difuso” de “novas conurbações

como teias policêntricas sem núcleos tradicionais nem periferias fáceis de reconhecer”. E esse fenômeno será cada vez mais característico da periferia, do hemisfério sul e do Oriente. Na China existem 166 cidades com mais de um milhão de habitantes, na Índia 35 e apenas nove nos Estados Unidos. Só na Ásia haverá nas próximas décadas mais de dez cidades com mais de vinte milhões de habitantes (idem, p.26).

Na China onde, segundo Mike Davis, está ocorrendo a “maior revolução industrial da história” (idem, p.22), há também uma revolução urbana, com mais de duzentos milhões de camponeses migrando para as cidades desde os anos de 1970. Mas a China é uma exceção. A regra da grande expansão urbana planetária tem sido o inesperado fenômeno de uma “urbanização sem indústria”. Ao contrário do estereótipo clássico de uso intensivo de capital nas cidades e de mão de obra no campo, estaria ocorrendo um despoamento do campo e uma desindustrialização das cidades.

Os Planos de Ajustes Estruturais do Fundo Monetário Internacional, especialmente após a “crise da dívida” nos anos 1980, ajudaram a desmontar os estados nacionais, ampliaram a informalidade econômica, agravaram a crise agrária mundial e incharam as cidades do terceiro mundo, especialmente na África e Ásia. Lagos, capital da Nigéria, por exemplo, tinha 300 mil habitantes em 1950, hoje passam de 13 milhões. Bombaim (cujos indicadores apontam para tornar-se a maior cidade do mundo com mais de trinta milhões em 2025), Delhi, Daca, Xangai, Jacarta, Karachi, Kinshasa, mas também México, São Paulo, Lima, são os modelos urbanos do futuro das megacidades.

Em todas, o crescimento urbano é sinônimo de favelização, habitação precária, sem direitos de posse e moradia garantidos, sem serviços sanitários ou de qualquer outro tipo, mas com um florescente “mercado invisível” de locações, subornos, extorsões. Hoje, no mundo, segundo os dados da ONU, um bilhão de habitantes são favelados. A conferência Habitat-2002, em Nairóbi, Quênia,

patrocinada pela ONU, definiu favela (em inglês, *slum*; em francês, *bidonville*) como a habitação em que ocorre: excesso de população, moradias pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança na posse da moradia.

Mike Davis denuncia os projetos surgidos sob a égide do Banco Mundial, a partir dos anos 1970, como uma forma de desobrigar os estados nacionais das suas responsabilidades, substituindo o seu papel por projetos reformistas de “melhorar a favela ao invés de substituí-la” (idem, p.79). A pulverização das ações particulares e isoladas reforça a urbanização irregular, a privatização das invasões e à perda na economia de escala na construção de casas.

A concessão de títulos de propriedade, como defende o peruano Hernando de Soto, e outras formas de promoção do “micro-capitalismo”, passam a considerar o defeito virtude ao elevar a informalidade econômica a equivalente do “empreendedorismo” capitalista, mas iniciativas como micro-crédito ou titularização de propriedade de terrenos favelados insalubres e sem serviços urbanos básicos, ao invés de trazerem consigo um potencial de enriquecimento social tendem a aumentar a divisão social interna nas populações, romper solidariedades sociais e iniciativas de reivindicações coletivas além de tirar o Estado do foco da exigência de uma política habitacional, substituído pelo semi-assistencialismo burocratizante e parasitário da imensa maioria das ONGs.

Esse modelo de crescimento desordenado das cidades inverte todos os princípios do planejamento urbano: preservação dos espaços abertos, separação entre residências, condições ambientais não nocivas e leva a conseqüências destrutivas como desastres agudos e crônicos. Entre os danos agudos, 1984 é um dos anos horríveis: 500 mortos em Cubatão (explosão de tubulações), dois mil em San Juanico no México (explosão de instalações de gás), e ao menos dez mil mortos em Bophal, na Índia (explosão da fábrica de embalagem de inseticidas da Union Carbide).

O trânsito também mata mais nas megacidades do terceiro mundo, onde dois terços das vítimas são pedestres ou ciclistas e a explosão no número dos automóveis, motos, caminhões e outros veículos (só os riquixás de tração humana são cerca de três milhões na Ásia), acompanha, e às vezes ultrapassa, a taxa de crescimento dos humanos, trazendo a poluição atmosférica e constituindo-se em uma das grandes fontes das emissões de derivados de carbono que está fazendo das cidades chinesas as mais poluídas do mundo.

O lixo sem tratamento, e particularmente os dejetos humanos são um dos problemas graves da megaurbanização caótica das cidades contemporâneas. Num capítulo intitulado sem rodeios “Viver na merda”, Davis afirma que “o excesso de excrementos é a contradição urbana primordial” (idem, p.142). Na Índia, 700 milhões de pessoas defecam ao ar livre. Doenças relacionadas à ausência ou ao mau tratamento das águas, esgotos e lixos provocam cerca de 75% das doenças humanas.

Como escreve Davis, as cidades precisam de alianças com a natureza para reciclar dejetos por meio de cinturões verdes periféricos, o que nos faz lembrar a tese da ecologia marxista, que afirma ter sido a privação dos campos ingleses de seus adubos naturais após a revolução industrial e sua conseqüente urbanização que levaram, ao mesmo tempo, à poluição dos rios e à carência de fertilizantes na agricultura, com o resultado de uma ruptura no “metabolismo da humanidade com a natureza” e à crescente dependência inglesa dos fertilizantes como o guano peruano e o salitre peruano-chileno. Sem resolver essa contradição, as cidades se transformam em amontoamentos crescentes de lixo e seres humanos misturados.

Qualquer catástrofe natural como um terremoto, um tsunami ou uma epidemia, atingem, sobretudo, os mais desfavorecidos, mesmo no interior dos Estados Unidos, como mostrou eloqüentemente o caso de Nova Orleans.

E é sobre as epidemias que Mike Davis dedica seu outro livro quase simultâneo ao *Planeta favela*, chamado ameaçadoramente de *O monstro bate à nossa porta*. A gripe espanhola foi, segundo a Organização Mundial de Saúde, “o evento patológico mais mortal da história da humanidade” (2006a, p.35). A estimativa tradicional de 1% da humanidade morta nessa época (cerca de 20 milhões, dos quais mais de 12 milhões só na Índia), que foi calculada por um estudo em 1927 de E. O. Jordan, foi qualificada pelos últimos estudos de demógrafos médicos, numa conferência na Cidade do Cabo, em 2001, como “ridiculamente baixos”, devendo ser duplicados ou até quadruplicados (idem, p.37).

A ameaça atual da gripe aviária poderia se tornar algo semelhante? Há um consenso crescente de que a única dúvida é a extensão exata da próxima pandemia, a sua inevitabilidade parece ser compartilhada por quase todas as autoridades científicas.

A gripe comum normalmente já mata, associada a outras doenças, especialmente às enfermidades respiratórias bacterianas (pneumonia, tuberculose) cerca de um milhão de pessoas por ano. Mas a gripe aviária é um tipo especial, cuja existência em aves selvagens é endêmica e que, através das aves domésticas, poderá alcançar a espécie humana sem que tenhamos qualquer imunidade adquirida. O resultado seria como o de uma gripe comum entre populações indígenas sem contato com a civilização.

As causas da ultrapassagem da barreira interespecies e da chegada da gripe aviária aos seres humanos são, para Davis, indissociáveis da chamada “revolução na criação de animais”, ocorrida após os anos de 1980 e que levaram a uma concentração inédita de animais em grandes fazendas (idem, p.103 e 190). A explosão demográfica na Terra não é apenas dos seres humanos e de seus automóveis, mas também dos animais de criação (cerca de dez bilhões de frangos e cinquenta bilhões de animais de diferentes tipos de gado), que são em maior número e produzem muito mais dejetos orgânicos do que os seres humanos. Uma megafazenda de suínos

em Milford Valey, nos EUA, por exemplo, produz mais esgoto do que a cidade de Los Angeles (idem, p.106). A criação de porcos em fazendas com mais de cinco mil animais, entre 1993 e 2003, subiu de 18% para 53% do total do rebanho suíno estadunidense.

A densidade de produção de frangos e suínos e a sua separação da agricultura vêm criando as condições de um “cadinho pandêmico”, enquanto o desmatamento e o aumento de contato dos humanos com a vida selvagem vem colocando em contato “nichos biológicos” que podem contaminar com novas doenças. Esta seria a causa tanto da Aids, devido ao consumo humano de macacos africanos, como da síndrome respiratória aguda grave (Sars), vinda do consumo de pequenos animais selvagens nos mercados chineses.

Esta última doença, ocorrida em 2003, e que não deve ser confundida com a gripe aviária, teve como epicentro a cidade chinesa de Guangdong, a maior plataforma de fabricação para exportação do mundo. A combinação de alta urbanização, poluição atmosférica, criação intensiva de aves junto com porcos levou esta e outras cidades do sudeste asiático a se tornarem o elo mais fraco na saúde pública global.

Na Tailândia, de onde vem a maior empresa criadora de frangos da Ásia, a CP (Caroen Poppband), a sua influência política levou a sucessivas tentativas de minimização do problema e depois a um extermínio monstruoso de aves. Desde o início de 2004, mais de 120 milhões de frangos foram abatidos no sudeste asiático (idem, p.140).

A maior produtora de aves da Europa na Inglaterra, também já sofreu, em 2007, uma contaminação de suas criações e repete-se, após a crise da vaca-louca, o abatimento em massa de animais.

Davis menciona vários autores que estudaram o “imperialismo biológico”, como Alfred Crosby, e cita as três transições históricas que William McNeil identificou, em 1976, na co-evolução entre os seres humanos e os micróbios: 1) a agro-urbana na revolução

neolítica; 2) a criação de um Ecúmeno Eurasiano na época da antiguidade clássica; e 3) o surgimento do mundo moderno no século XVI (idem, p.190). A pergunta que fica pendente, segundo Davis, é se a globalização neoliberal constituiria uma quarta transição?

As condições para isso estariam dadas com a conquista da agricultura pelo agrocapitalismo com a revolução na criação de animais dos anos 1980, com a revolução industrial no sul da China, com o surgimento das megacidades do Terceiro Mundo e com a ausência de um sistema de saúde pública internacional. Mais do que o simples crescimento da população global, o índice verdadeiramente alarmante é o da sua concentração em condições de penúria.

Se ocorrer a pandemia, o cenário que poderia repetir-se, em escala global, é o da peste pneumônica em Surat, na Índia, em 1994: quarentenas obrigatórias, isolamento de cidades, fuga das classes médias (a maior parte dos médicos seriam os primeiros a fugir), caos, rebeliões, pilhagem, forte repressão militar (idem, p.198). Como as vacinas e o anti-viral oseltamivir (Tamiflu) seriam escassos, só os ricos, a elite governante e, especialmente, as forças policiais e militares receberiam os remédios.

Tais recursos continuam escassos porque quase todos os governos recusam-se a quebrar as patentes e a retirar o monopólio da sua produção das grandes empresas farmacêuticas, como a Roche, que produz o Tamiflu. O setor farmacêutico é “o mais lucrativo dos EUA” e possui o lobby mais poderoso. Como afirma Márcia Angell, citada por Davis (idem, p.170), as dez maiores empresas da indústria farmacêutica na lista da *Fortune 500*, em 2002, juntas ganharam mais lucros do que todas as demais 490 corporações da lista!

Esse setor, por outro lado, também se fundiu com a indústria de agrotóxicos para criar as maiores empresas de sementes transgênicas como a Monsanto e a Syngenta, o que vem levando a agricultura a subordinar-se aos produtores de defensivos agrícolas e fertili-

zantes no que se constitui hoje no trocadilho em inglês para a nova atividade agrícola de “*to pharm*” ao invés do antigo “*to farm*”.

Vacinas e antibióticos são remédios menos lucrativos, a da gripe então é muito pouco apreciada pela indústria, pois são difíceis de produzir, ficam obsoletos e sofrem flutuações de demanda. Os melhores remédios para a indústria não são para doenças infecciosas, presentes sobretudo nos países pobres, mas para doenças crônicas como problemas cardíacos, câncer, diabetes, hipertensão e os destinados para melhorar o humor e o “estilo de vida” como o Viagra e os anti-depressivos. Por isso, a indústria farmacêutica gasta 27% da sua receita em marketing e apenas 11% em pesquisa (idem, p.171).

A opinião majoritária da comunidade científica internacional vem alertando sobre as terríveis conseqüências da contaminação humana pela gripe aviária. Da mesma forma, essa comunidade anuncia oficialmente a partir do estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as condições do clima no planeta que o aquecimento global é resultado da ação humana e que suas conseqüências, nas próximas décadas, tendem a se tornarem catastróficas.

Ao delinear estes cenários de cataclismos na realidade urbana global, Mike Davis tem sido acusado de não apresentar saídas. Ao contrário dessa opinião, creio que Davis aponta sim que há uma saída potencial em curso: a recusa das populações pobres, faveladas e excluídas de serem exterminadas. Isso se expressa em revoltas, como Soweto, “a maior das rebeliões de favelas”, na África do Sul, ou em Cidade Sadr, em Bagdá, onde os habitantes passaram a chamar sua rua principal de Rua Vietnã. Tal perspectiva de rebeliões e combates em zonas urbanas extremamente pobres e hiperpovoadas está levando o Pentágono a uma preparação especial para as chamadas “operações militares em terreno urbanizado”, consideradas como o “futuro da guerra”. Também é verdade que Davis parece alimentar esperanças em radicalizações de movimentos

religiosos como os islâmicos e os pentecostais que parecem muito pouco promissores (vide o capítulo “Terremoto pentecostal” em 2007, p. 145).

Como vêm mostrando Falujah, Gaza, Cité Soleil, Cidade Sadr, de uma forma direta, e metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, México, Bogotá, e outras cidades, de uma forma indireta, mas não menos mortífera, a “guerra de baixa intensidade” já começou, e o maior número de mortos, como sempre, contam-se entre os favelados, os pobres, os negros, os jovens.

O século XX foi o mais mortífero da história humana, pois as guerras passaram a praticar a devastação do terror aéreo como principal meio de destruição. Em 10 de março de 1945 aconteceu o maior morticínio que a humanidade já conheceu no pior ataque aéreo na história mundial, quando o “vento vermelho” de duas mil toneladas de napalm e magnésio incinerou a cidade de Tóquio e seus habitantes (idem, p. 101). Data essa propositadamente esquecida na memória oficial contemporânea.

Esse genocídio foi o auge (seguido, é claro, alguns meses depois das bombas atômicas) de uma doutrina militar nascida na Grã-Bretanha, na década de 1920, quando Churchill era o secretário da guerra. A “doutrina Churchill”, do “bombardeio moral”, ou seja, do terror aéreo contra populações civis, começou a ser praticado no Iraque em 1920, quando a Royal Air Force (RAF) usou além de bombas, gás de mostarda (vide “O vulcão ingrato”, em Davis, 2008). As populações coloniais foram cobaias para o aperfeiçoamento do bombardeio terrorista contra civis, “a trajetória até Guernica, Varsóvia, Dresden e Hiroshima começou nas margens do Tigre e nas encostas do Atlas”. Aquilo que Davis chamou de “o último grande projeto de obras públicas do New Deal: a incineração das cidades do leste da Alemanha e do Japão” (2007, p. 85) se ampliou ainda mais no Vietnã, onde num pequeno território jogaram-se mais bombas do que em toda a segunda guerra mundial!

Atualmente, desde a operação “choque e pavor”, desencadeada na segunda guerra do Iraque, essa doutrina não mudou, mas adaptou-se a um novo cenário de guerra não convencional (ou “assimétrica” no jargão do Pentágono) a ser travada em favelas densamente povoadas como *blitzkriegs* pós-modernas. As grandes cidades do “terceiro mundo” serão os campos de batalha da guerra do futuro, onde não apenas haverá o uso dos recursos *high tech* da ciberguerra, da onisciência panóptica do campo de batalha por meio de satélites e câmeras voadoras, como de um gerenciamento de novo tipo, chamado de “conflito centralizado em rede”, que buscaria controlar todas as contingências do “nevoeiro da guerra”, para torná-la transparente em telas de computadores.

A natureza destrutiva da guerra imperial atual só parece eclipsar perante a destrutividade ainda maior da guerra contra a natureza, cujo custo a humanidade irá pagar com perdas ainda mais espantosas de vidas humanas, que catástrofes como o tsunami asiático, a inundação de Nova Orleans, os incêndios, secas e distúrbios climáticos crescentes apenas anunciam.

A visão ecologista marxista, como foi destacado por John Bellamy Foster, em *A ecologia de Marx* (2005), é central na reflexão de *O Capital*, e não só na famosa passagem do capítulo XIII do Livro I, “Maquinaria e grande indústria”, em que Marx escreve que

“cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína da fontes permanentes dessa fertilidade (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (Marx, 1985, p.102)”.

Toda a concepção marxista deriva de uma noção de alienação que começa com a alienação da terra, isto é, da natureza, em rela-

ção aos produtores. Mike Davis é um dos marxistas mais atentos à difícil tarefa de analisar a evolução da catástrofe contemporânea.

As editoras Record e Boitempo merecem cumprimentos pela publicação dos livros de Davis no Brasil. Esta última, com grande apuro gráfico e um ensaio fotográfico de André Cypriano na edição de *Planeta Favela*, incluiu, entretanto um posfácio de Ermínia Maricato que, traz algumas discussões importantes sobre as especificidades brasileiras e questiona inclusive o cálculo de Davis de 36,6% da população brasileira vivendo em favelas, porque ele “soma na conta das favelas locatários informais, cortiços, loteamentos ilegais e moradores de rua”. Maricato prefere usar a cifra do IBGE para “domicílios em aglomerados subnormais” de apenas 3,7% dos domicílios brasileiros, mesmo reconhecendo, no mesmo parágrafo, que os “domicílios carentes de infra-estrutura (água de rede pública e/ou rede de esgoto ou fossa e/ou energia elétrica e/ou coleta de lixo)” são 32,4% do total.

Além de algumas outras observações pertinentes, como o uso por Davis de uma bibliografia quase somente em língua inglesa, o posfácio parece servir, entretanto, basicamente como uma defesa política dos governos petistas. É curiosa essa defesa política da gestão da prefeita Erundina em São Paulo (2006, p. 220, nota 15) e do atual governo Lula (*idem*, p. 217 e 224), ambos criticados por Davis, pois Maricato considera a crítica de Davis “pouco circunstanciada” (*idem*, p.220), mas também se dedica a defender a política habitacional de Erundina ou aspectos das políticas sociais do governo Lula, sem levar em conta que a análise de Davis condena tais governos por sua submissão mais geral aos ditames da política financeira global, por manterem o pagamento das dívidas públicas e aceitarem a lógica do *agribusiness* e dos mercados globalizados, inviabilizando assim qualquer saída estrutural para a crise do Estado e do investimento público e fortalecendo os mecanismos para tutelar, fragmentar, desmoralizar e cooptar os movimentos sociais.

## Referências bibliográficas:

- DAVIS, Mike. *Apologia dos bárbaros. Ensaio contra o império*, tradução Francisco Cornejo, Rio de Janeiro, Boitempo, 2008 (no prelo).
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*, tradução Alada Porto, Rio de Janeiro, Record, 2002.
- DAVIS, Mike. *Ecologia do medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre*, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.
- FOSTER, John Bellamy, *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. II.

Valério Arcary. *O encontro da revolução com a história*.  
São Paulo: Sundermann, 2007.

Raquel Varela

Em o *Encontro da Revolução com a História*, o historiador Valério Arcary, lança-se numa das mais difíceis discussões do marxismo: a importância das condições objetivas e subjetivas no derrube do capitalismo.

Justamente por optar pela primazia da política e afastar-se do economicismo, este livro começa com três capítulos que discutem os temas mais controversos do marxismo sobre o capitalismo. No primeiro, “O capitalismo pode ter morte natural?”, o autor defende que 150 anos representam um intervalo histórico que justifica a conclusão de que “a regularidade das crises não deve ser confundida com um estado de coma terminal” (p. 20). A alternativa histórica enunciada por Engels e divulgada por Rosa Luxemburgo – *socialismo ou barbárie* – mantém actualidade, mas a teoria do colapso falhou. Valério defende que “o colapso do capitalismo, a ideia de que a burguesia não ‘faltaria’ ao encontro com o seu destino, foi uma construção cultural da Segunda Internacional” (p. 26). As correntes reformistas do século XX justificaram a sua

passividade na ideia de que as condições objectivas não estavam amadurecidas.

Defender que o capitalismo ainda teria possibilidades de expansão – portanto, seria ainda progressivo –, significa declarar que as revoluções socialistas do século XX foram revoluções democráticas e nacionais que abriram caminho ao capitalismo e não o puseram em causa. Um absurdo, defende o autor (p. 35), pois esta teoria tem contra si toda a história do século XX: a crise de 1929, as duas grandes guerras, quatro ou cinco vagas revolucionárias, duas das quais na Europa Ocidental.

Mas a pergunta central mantém-se: a interpretação marxista sobre a crise final demonstrou-se equivocada? O terceiro capítulo “O encontro do capitalismo com a crise” procura responder a esta questão. Valério é historiador e profundo conhecedor dos textos mais importantes das polémicas que estão no centro da questão, e *O encontro da revolução com a História* é também um reencontro, às vezes polémico – na melhor tradição do pensamento revolucionário – com os que pensaram e pensam o marxismo, dos clássicos Marx, Engels, Rosa Luxemburg, Lenine e Trotsky, a Mandel e Moreno, bem como a autores atuais como Wallerstein, Arrighi, Bensaïd, Chesnais, entre outros.

do capitalismo repousou na habilidade da contra-revolução burguesa de reprimir, conter, bloquear e desviar a expansão internacional das vagas revolucionárias que ameaçaram a sobrevivência do regime da propriedade privada, ou seja, dialeticamente, na incapacidade dos sujeitos sociais interessados na derrota do capitalismo de levar adiante, até o fim, a luta contra o imperialismo. A morfologia do capital contemporâneo pode ser compreendida por uma combinação de dois modelos que não são incompatíveis: a teoria dos ciclos e da sequência direccionada. *Grosso modo*, Arcary concorda com os clássicos quando estes defendem que o capitalismo entrou na sua fase de decadência na Primeira Guerra, mas isso não pode justificar a ignorância dos «anos de ouro» da Europa

do pós guerra – o que dá um novo fôlego à teoria das ondas longas. Mas a explicação para essa fase A Kondratiev, crescimento sustentável, pós-1945 na Europa (o que, recorda o autor, deixou de fora 80% da população mundial) pode ser encontrada nas derrotas político-sociais do proletariado, no fim da onda revolucionária que esmagou o fascismo mas aceitou o capitalismo. A explicação da longevidade do capitalismo encontra-se em factores exógenos, as flutuações da luta de classes, a revolução e a contra-revolução mundial: “Uma inversão histórica das relações de forças desfavorável aos trabalhadores – ou seja, uma mudança de etapa nos marcos de continuidade de uma época de decadência – como condição para a passagem a uma nova fase expansiva contextualiza o problema teórico do crescimento económico do pós-guerra na esfera da política” (p. 91).

O prognóstico de Marx sobre a abertura de uma época revolucionária – que para Marx resultava da conjugação da decadência do capitalismo e da existência de um sujeito social maduro para a luta anticapitalista – revelou-se apressado, mas só até à Primeira Grande Guerra. O século XX, e é esse o tema do capítulo “A época das revoluções sociais está encerrada?”, é o século mais revolucionário da história. Arcary desmonta a argumentação das teorias conservadoras – reduzindo as revoluções ao estatuto de quarte-ladas ou conspirações – e pós-modernas – revoluções seriam processos históricos obsoletos, e só aconteceriam diante de situações de miséria extrema ou reactivamente a ditaduras facínoras – que procuram explicar as revoluções como fenómenos arcaicos característicos de sociedades economicamente pobres e culturalmente atrasadas, ou seja, nas quais a democracia eleitoral ainda não se teria consolidado Os “anos de ouro” na Europa terminaram. E as classes sociais não renunciaram à defesa dos seus interesses:

Quando chegar a hora de o capital descarregar sobre os ombros das classes trabalhadores dos países centrais os custos das medidas antipo-

pulares indispensáveis para neutralizar a queda da taxa média de lucro, veremos se o proletariado alemão resistirá (...) Situações e crises revolucionárias serão (...) mais frequentes ainda do que no passado. (p. 124.)

No capítulo seguinte, “Marx Vive: a actualidade do *Manifesto Comunista*”, é abordada a actualidade do *Manifesto Comunista* a partir do qual se discutem questões centrais da teoria da revolução como o substitucionismo social e a necessidade da ditadura do proletariado – “Sem um Estado revolucionário, toda revolução nacional anticapitalista sucumbiria diante da contra-revolução mundial” (p. 136). A teoria da revolução é de novo abordada nesta obra a partir agora do “Testamento” de Engels, a introdução que escreveu em 1895 às *Lutas de Classe em França*.

Mas se a longevidade do capitalismo não se explica por razões económicas endógenas; se a revolução é uma necessidade e uma possibilidade; se o século XX é o século mais revolucionário da história, então, por que nenhuma sociedade no início do século XXI está em transição para o socialismo? Um sistema com as desigualdades do capitalismo mantém-se de pé porque o proletariado viveu uma crise de direcção: “os atributos da direcção podem ser, quando os outros muitos factores em uma luta anulam-se reciprocamente, o elemento decisivo” (p. 273).

Mas, permanecem perguntas que muitos revolucionários sérios fazem pelo mundo: como explicar, em perspectiva histórica, esta ausência de direcções revolucionárias com influência de massas? Esta ausência não seria fruto da ausência de mobilizações proletárias de onde deveriam se decantar as direcções revolucionárias? Quais seriam os factores que dificultaram de forma crónica a solução da crise de representação dos trabalhadores? O socialismo é um projecto com pressa, como o próprio autor afirma. Não é ele próprio vítima dessa pressa, que o conduz a um otimismo desvinculado da realidade? Este é o tema que Arcary procura responder

no penúltimo capítulo deste livro actualizando os conceitos elaborados na tradição da Quarta Internacional.

A discussão é colossal. *O Encontro...* é um trabalho sólido que confia na força social das mobilizações das massas dos trabalhadores, mas que se ancora em alicerces teóricos muito fortes e num conhecimento profundo das revoluções do século XX, (as situações revolucionárias do século XX são analisadas pelo autor em Arcary, 2004).

Um povo não tem o governo que merece, assim como o proletariado não tem a direcção que defende os seus interesses. A classe trabalhadora e os seus aliados não agem sempre de acordo com os seus interesses porque não têm uma percepção clara destes. Que outra justificação pode ter o apoio de grande parte da classe operária europeia à tragédia da Primeira Grande Guerra? Valério recupera nesta discussão um tema central do marxismo – a consciência de classe. A burguesia impõe à classe trabalhadora uma visão do mundo que corresponde aos interesses da burguesia, mas que é “vendida” como interesses de todos (como não recordar aqui a “cidadania”, levada pelas direcções reformistas europeias ao coração do movimento anti-globalização). Em segundo lugar, os fatores que determinam que uma classe mantenha o apoio aos seus dirigentes são múltiplos e não se podem resumir na fórmula “cada um tem o que quer”, estranha ao marxismo: as direcções são cooptadas – um fenómeno regular, com consequências trágicas, na história do século XX. A classe operária, leva tempo, sobretudo em situações defensivas ou reaccionárias a perder a confiança nos seus dirigentes. Mas uma das regularidades da história, e daí o seu grau regular de imprevisibilidade, é que as classes populares só circunstancialmente agem contra os seus interesses “até que os acontecimentos mesmos demonstrem, pela força viva de suas consequências, quem está sendo beneficiado e quem está sendo prejudicado” (p. 274).

No dia 19 de Junho de 1999 milhares de pessoas manifestaram-se em Colonia, uma das principais cidades alemãs, situada no berço histórico da industrialização, contra o Fundo Monetário

internacional (FMI); no dia 30 de Novembro de 1999 milhares manifestaram-se em Seattle, no coração do imperialismo contra a Organização mundial do comércio (OMC); e no dia 20 de Julho de 2001, milhares de europeus viajaram para Genova para se manifestaram contra o G8 e para que os oito homens mais poderosos do mundo se pudessem reunir tiveram que o fazer num barco, no meio do Mediterrâneo, protegidos pelo exército da Otan – o italiano não era suficiente –, e destruir os centros de comunicação alternativos instalados num edifício em Genova. No dia 15 de Fevereiro havia mais de 7 milhões de pessoas nas ruas de Roma, Londres e Madrid contra a guerra do Iraque, que se adivinhava. Colonia, Genova, Seattle, Roma, Madrid, Londres: nenhum centro imperialista escapou à força das mobilizações, como nunca tinha ocorrido. O que fizeram as suas direcções? Reuniram-se em Porto Alegre, no sul do Brasil, e a um programa conscientemente anti-capitalista e antiimperialista – os manifestantes estavam contra o FMI, a OMC, o G8 –, contrapuseram um programa reformista, de “radicalização da democracia”, cidadania, taxa Tobin...

Valério Arcary compreendeu, como muito poucos intelectuais na Europa, o curso da luta de classes nos últimos anos. Creio que *O Encontro da Revolução com a História* pode incluir-se naquilo que Trotsky metaforicamente chamava o «salto da flecha para o fuzil». Valério Arcary combina um conhecimento do melhor que o marxismo, incluído nos países centrais, tem produzido, sem as pressões reformistas, democráticas e desmoralizadoras dos principais teóricos marxistas da Europa. *O Encontro...* é um livro para compreender o século XX. E um guia para acção de todos os revolucionários.

### Referências bibliográficas:

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xama, 2004.

Edilson José Gracioli.  
*Privatização da CSN: da luta de classes à parceria.*  
São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Danilo Spinola Caruso

Quem visitasse Volta Redonda, nos anos 1980, não acreditaria que aquela cidade foi erguida para simbolizar o modelo corporativista de controle operário e conciliação de classes, típico do projeto industrial varguista. Ao longo daquela década, a idéia de conciliação passou longe das relações capital-trabalho, e se tornaram comuns a organização de comissões de fábrica, as greves de ocupação, os confrontos dos operários com a polícia e com o exército, etc. Naquele momento, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) se enquadrava na vanguarda do movimento operário brasileiro, participando ativamente da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e das lutas em torno da redemocratização e da Constituinte. Foram anos de lutas que culminaram em grandes vitórias – como a eleição do sindicalista Juarez Antunes à prefeitura de Volta Redonda – e também em graves tragédias, como a morte de três operários, durante a repressão à greve da CSN de 1988, além da morte do próprio Juarez Antunes,

já então prefeito da cidade, em circunstâncias ainda hoje não bem esclarecidas.<sup>1</sup>

Sobre esses anos de chumbo, Edílson José Graciolli já havia realizado uma dissertação de mestrado (1994), na qual se concentrou na ascensão do movimento operário de Volta Redonda e na greve de 1988. Em *A Privatização da CSN*, o autor analisa os desdobramentos posteriores da luta operária voltaredondense, que resultariam numa surpreendente mudança na concepção sindical dominante na cidade. Desde 1982, o SMVR era controlado pelas correntes de esquerda da CUT, abertamente contrárias às privatizações e declaradamente socialistas. Contudo, em 1992, apenas dois anos depois de uma greve de ocupação de 32 dias (a mais longa da história da CSN), os trabalhadores elegeriam uma chapa filiada à Força Sindical, identificada com o modelo de “sindicalismo de parceria” entre trabalhadores e capital, que defendia a venda da CSN para grupos privados e a aceitação, por parte dos trabalhadores, do pressuposto do lucro empresarial como objetivo a ser perseguido pela própria classe operária.

Como uma mudança tão drástica pôde ocorrer num intervalo tão curto de tempo? Para responder esta pergunta, Graciolli segue a corrente de acontecimentos que se seguiram à morte de Juarez Antunes, em 1989. O autor mostra que, desde esta época, já se delineava o projeto de se implantar, no Brasil, a reestruturação produtiva neoliberal e as privatizações de empresas estatais. No caso da CSN, diretores e membros do governo faziam referências explícitas à privatização como “solução” tanto para os problemas

---

1 Juarez Antunes morreu num acidente de carro em fevereiro de 1989, quando realizava uma viagem à Brasília. Oficialmente, o acidente envolveu um caminhão que teria fechado o automóvel onde viajavam o prefeito e seu motorista. Mas, ainda hoje, correm em Volta Redonda fortes rumores de que a morte do sindicalista foi “encomendada”, se tratando de um assassinato. Em *A Privatização da CSN*, Graciolli mostra que, por outro lado, a versão do “assassinato” pode ter sido deliberadamente criada com fins políticos, por sindicalistas que se apresentaram posteriormente como “sucessores” de Juarez no sindicalismo da cidade (p 91).

econômicos da empresa como para a desarticulação de seu sindicato, considerado *anacrônico*. Entretanto, até então os grupos empresariais e o próprio governo Sarney não haviam encontrado condições políticas para realizar estas medidas, quadro que seria profundamente alterado com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989.

Ao contrário do que supõem certas tendências teóricas que advogam o fim da centralidade do trabalho e o início da era do “trabalho livre” a partir da reestruturação produtiva, Graciolli mostra que este processo tem justamente o propósito de manter e aprofundar o imperativo do lucro, o que obviamente implica na continuidade e no fortalecimento da subordinação dos trabalhadores ao capital. Ainda que, nos dias de hoje, existam elementos novos que complexifiquem a análise da exploração (tais como a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização dos contratos de trabalho, etc), o autor sustenta que a questão do estranhamento permanece e, neste sentido, a reestruturação produtiva guarda muito mais elementos de continuidade do que de ruptura com o modelo “fordista” anterior.

Talvez o leitor não muito familiarizado com este debate sinta falta de alguns subsídios para a compreensão das questões levantadas, já que não é objetivo do autor aprofundar-se na discussão teórica (trata-se, sobretudo, de um estudo de caso). Mas esta discussão se impõe porque é a partir dela que Graciolli analisa a mudança no perfil do sindicalismo de Volta Redonda, elemento crucial para a implantação na CSN do projeto neoliberal privatista encabeçado pelo governo Collor.

A reestruturação da CSN era estratégica tanto em virtude de seu peso no setor siderúrgico quanto também pelo aspecto simbólico de se privatizar uma das empresas que mais representavam o modelo nacionalista e estatista, típico da era Vargas. Além disso, o movimento operário de Volta Redonda era forte, autônomo e organizado por tendências socialistas do movimento sindical. Ele

apresentava para a sociedade uma solução alternativa e viável para a crise das estatais, que passava pelo controle social das empresas, e não por sua venda a grupos privados. Por tudo isso, a vitória do Plano Nacional de Desestatização do governo Collor (e do próprio projeto neoliberal no Brasil) definitivamente haveria de passar por Volta Redonda.

Mas, como bem salienta o autor, vitória e derrota são resultados de processos relacionais. Graciolli mostra tanto as estratégias de coerção e convencimento empregadas pelo governo e demais setores privatistas, como também os erros e fragilidades da CUT no período. Já no III Congresso Nacional da CUT, em 1988, era possível vislumbrar dentro da central uma tendência cada vez mais forte no sentido de abandonar a postura mais combativa e de massas e substituí-la por um sindicalismo de concertação e negociação. Naquele momento, esta disputa se traduzia na discussão acerca do estatuto da entidade, onde obteve vitória a posição defendida pela principal corrente – a Articulação – que acabou resultando num processo de burocratização/centralização da Central.<sup>2</sup> A partir de então, verifica-se uma inflexão forte no sentido manter na CUT um caráter puramente sindical, e não eminentemente político, no sentido de luta anticapitalista, como pretendiam as correntes de esquerda. A CUT buscou cada vez mais a negociação (com destaque à proposta das câmaras setoriais) e cada vez menos a mobilização das bases e as ações de massa. O resultado foi que a central se “desarmou” ante o avanço em bloco das forças do capital, que ocorreria ao longo dos anos 1990. Mais do que isso: aos poucos foi se tornando majoritária dentro da CUT uma proposta de sindicalismo de parceria que era praticamente a mesma defendida pelos setores privatistas e neoliberais (ou seja, pelos patrões).

---

2 Graciolli mostra que a relação entre os delegados de diretoria e de base (que até o III CONCUR era de equilíbrio) pendeu definitivamente em favor dos primeiros, que formaram 83% dos delegados no IV CONCUR, de 1991 (p. 48).

Contudo, em Volta Redonda, a disputa pelo controle do sindicato mostrava uma forte inclinação das bases no apoio às tendências da esquerda da CUT, o que denotava a politização e a força das comissões de fábrica, e também as críticas que existiam aos aspectos mais personalistas da prática sindical da época de Juarez Antunes. Se, por um lado, este fato poderia representar uma mobilização maior em torno do combate às propostas privatistas e neoliberais, por outro resultou num isolamento do SMVR e numa ausência da CUT nas lutas contra a venda da CSN. Assim, enquanto sindicalistas ligados à Força Sindical se articulavam descaradamente com grupos empresariais, com a mídia local e nacional, com os governos Collor, Itamar e Brizola e com a diretoria da CSN de então, a CUT se apresentava sem unidade de ação, sem um plano nacional claro contra o neoliberalismo, sem a presença de suas lideranças nacionais nas manifestações de massa em Volta Redonda e, fundamentalmente, fragmentada em lutas intestinas que, a partir da ascendência da Articulação, tenderam a isolar os sindicatos controlados pelas tendências de esquerda.

A greve de 1990 foi o momento chave para a guinada no sindicalismo da cidade e a vitória do projeto neoliberal. Embora houvesse uma grande disposição das bases para a paralização e ocupação da usina, com ampla participação nas assembleias e em outras formas de luta (como ocupação de prédios da empresa, acampamentos de protesto, campanha em rádios, etc), havia também uma obstinação implacável por parte da direção da empresa e do governo Collor. E não poderia ser diferente, já que o propósito do governo não era colocar a CSN para funcionar, e sim *vendê-la*, usando como argumento justamente a suposta “ineficiência” da empresa e o “arcaísmo” de seu sindicato. Fazer uma greve vitoriosa, nessas condições, era quase impossível sem uma articulação maior, que ultrapassasse as reivindicações econômicas e mostrasse à sociedade as questões políticas em jogo naquele momento, não só em Volta Redonda como também em todo o país. Mas uma articulação como esta

esbarrava na desorganização da esquerda sindical, já mencionada, e também numa conjuntura totalmente desfavorável: no âmbito nacional, o governo Collor ainda gozava de ampla popularidade, e sua política de abertura de mercados colocava na ordem do dia as exigências de “eficiência” e “saneamento” das empresas estatais (que se traduziam num grande número de demissões). Ao mesmo tempo, no âmbito internacional, desmoronavam as experiências socialistas do Leste Europeu, o que favorecia a campanha que tentava vincular ao arcaísmo qualquer alternativa de luta classista, como algo que não tinha espaço nos “novos tempos”.

Os setores privatistas ainda contavam com a legislação sindical-trabalhista, que perpassara a Constituição de 1988 mantendo diversos aspectos corporativistas do modelo varguista. Graciolli mostra que, na greve de 1990, a direção da CSN sabia que podia manter a intransigência, pois isso conduziria a disputa ao Tribunal Superior do Trabalho, onde não havia a menor chance de vitória para os metalúrgicos – o que, de fato, ocorreu. A partir daí, não houve como barrar a truculência do projeto de “saneamento” da CSN. Seguiram-se mais de 4 mil demissões, perseguição aos dirigentes sindicais de esquerda, fim das comissões de fábrica, etc. Os elementos coercitivos se implantaram pesadamente no cotidiano dos operários, sempre acompanhados da ameaça de fechar a empresa caso os planos de privatização não se efetivassem.

Mesmo assim, os metalúrgicos e a própria população de Volta Redonda mantiveram-se firmes no apoio à proposta classista ainda presente no SMVR. Tornava-se evidente que, para ser bem sucedido, não bastaria ao projeto neoliberal a repressão generalizada e a cooptação de parte dos dirigentes sindicais. Era preciso ganhar também as bases operárias para o modelo de “sindicalismo de parceria”, o que demandava elementos de convencimento e de ganhos materiais para os trabalhadores. Contudo, tais ganhos só poderiam ser obtidos através de sindicatos ou sindicalistas cooptados para o

modelo neoliberal, o que afastaria ainda mais os trabalhadores do movimento operário de concepções classistas.

Mais uma vez, a legislação sindical arcaica se mostrava útil neste sentido. Através de um artifício legal,<sup>3</sup> a CSN pôde isolar o SMVR e negociar as campanhas salariais de 1991 e 1992 diretamente com sindicalistas filiados à Força Sindical. Assim, reajustes salariais melhores e ganhos materiais diversos (como acordos em ações trabalhistas, por exemplo) eram obtidos por estes sindicalistas, “comprovando” a eficácia do sindicalismo de parceria e sua superioridade em relação à proposta classista representada pelo SMVR. Além disso, a direção da CSN se empenhou ativamente na propaganda ideológica, com boletins diários, palestras, “assembléias” junto aos trabalhadores, etc. O Sindicato ficava cada vez mais isolado.

Entre os metalúrgicos, porém, a questão de classe ainda estava bem nítida, e estava bem claro quem estava do lado dos trabalhadores, e quem estava do lado dos patrões.<sup>4</sup> Às vésperas das eleições de 1992, apesar de todas estas estratégias de convencimento, a maior parte dos metalúrgicos ainda se mostrava favorável à chapa cutista e ao modelo de enfrentamento, embora já houvesse um grande número de indecisos. Nesse momento crítico, o presidente da CSN em pessoa convoca mais uma “assembléia” e parte para a

---

3 A direção da CSN argumentava que, como a empresa tinha base nacional, o representante legal de seus trabalhadores deveria ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, e não o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Como a decisão sobre o caso não levava em conta a opinião dos próprios trabalhadores, e sim do Estado, cabia ao TST decidir a questão. A decisão foi favorável ao CNTM, naquele momento controlado pela Força Sindical de Luís Antônio de Medeiros. Medeiros assinou uma procuração autorizando o “Formigueiro” (grupo formado por sindicalistas oriundos da Articulação da CUT, que recentemente haviam se filiado à Força Sindical) a negociar em nome dos trabalhadores da CSN (p. 171-173)

4 Segundo pesquisa da ASSERT, feita pouco antes das eleições sindicais de 1992, a chapa do Formigueiro era a que tinha maior rejeição, por ser formada por “traidores” que tinham “ligações com os patrões” (cf. GRACIOLLI, op. cit., p. 200).

coerção pura e simples: caso a Força Sindical não fosse vitoriosa, haveria mais 2 mil demissões, incluindo todos os chefes de setor onde a CUT fosse vitoriosa (dois dos quais acabaram realmente demitidos). Foi graças a métodos como esse que a chapa 4, filiada à Força Sindical, obteve vitória apertada e passou a controlar o sindicato.

É interessante notar que a postura da direção da empresa mudou radicalmente no intervalo de tempo entre a vitória da chapa 4 e a privatização. Para consolidar o apoio dos trabalhadores às políticas privatistas, o número de demissões caiu substancialmente e acordos melhores foram firmados nos dissídios. A campanha ideológica se intensificou, por parte da mídia local e nacional, da direção da empresa e também do sindicato, agora controlado pela Força Sindical. Além de palestras, seminários, boletins diários e cartas aos trabalhadores (e, inclusive, às suas esposas!), houve até mesmo uma excursão a siderúrgicas já privatizadas, com o intuito de mostrar as “benesses” que a privatização poderia trazer para os trabalhadores. Finalmente, naquela que se traduziu como a mais eficaz estratégia de convencimento por parte dos setores privatistas, criaram-se clubes de investimento que reservariam aos trabalhadores parte das ações da empresa.

Os clubes de investimento foram a ponta de lança de um processo que se intensificaria enormemente após a ascensão da Força Sindical em Volta Redonda: a incorporação da lógica burguesa por parte dos trabalhadores, com a conseqüente perda do referencial de classe. Os organismos dos trabalhadores, incluindo o próprio Sindicato, passaram a se orientar pela lógica do capital, adotando práticas neoliberais e endossando a própria exploração. Aos poucos, se tornava evidente para que lado pendia a “parceria” proposta pela Força Sindical.

O caminho para a privatização da CSN estava aberto, embora ainda persistisse a oposição dos movimentos populares locais. O trabalho de Gracioli prossegue analisando as articulações políti-

cas e os embates em torno do processo de privatização em si. Verifica-se que, embora o quadro se complexificasse após a queda de Collor, em nenhum momento o Plano Nacional de Desestatização foi contestado em sua *essência*, apenas em sua *forma*.<sup>5</sup> Os diferentes atores envolvidos discutiam preço, formas de venda e o grau de participação dos trabalhadores no processo, através da compra de ações. Também se discutia a possibilidade de utilização de “moedas podres” no leilão da empresa, manobra funesta denunciada pelos movimentos sociais e pela mídia na época.

A conclusão do trabalho demonstra que a privatização se fez da pior maneira possível. O preço de venda foi irrisório, e financiado em quase sua totalidade através de “moedas podres”. Graciolli mostra que a suposta “eficiência administrativa”, verificada na empresa após sua venda, deveu-se na verdade ao arrocho salarial, à correção dos preços de venda do aço (que há anos eram mantidos abaixo do valor de mercado, subsidiando empresas privadas) e à passagem de parte da dívida da empresa para o Estado, através da Siderbrás. Do ponto de vista dos trabalhadores, à parte a participação nos clubes de investimento – infelizmente, o autor não indica o que ocorreu posteriormente com essas ações – a privatização trouxe apenas malefícios. Todas as vantagens concedidas durante o processo de cooptação do sindicato foram encerradas tão logo se concretizou a venda da CSN. As demissões voltaram a ser feitas em grande número, contratos de trabalho precários se tornaram comuns, os salários voltaram a ser comprimidos e o movimento operário entrou em profundo refluxo – que, para muitos, pareceu definitivo.

Mas, apesar de todo o discurso neoliberal ainda dominante, a centralidade do trabalho e a luta de classes continuam. Hoje, Volta

---

5 Como mostra o posicionamento do então governador Leonel Brizola – que mereceu um capítulo específico do livro – que oscila da crítica à participação no leilão, através de uma proposta infrutífera de *estadualização* da empresa.

Redonda vive novamente um momento histórico: dezessete anos após a paralisação de 1990, o movimento operário de Volta Redonda ressurgiu das cinzas, e os metalúrgicos da CSN e das empreiteiras terceirizadas deflagram uma nova greve, a primeira desde a privatização. Neste momento de retomada das lutas dos trabalhadores, não faltam motivos para saudar a iniciativa da editora Expressão Popular em publicar *A Privatização da CSN*, uma obra necessária, que mostra com convicção as privatizações como aquilo que elas realmente são: um exemplo concreto de contra-ofensiva do capital frente a organização dos trabalhadores.

### Referências bibliográficas

GRACIOLI, Edílson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro/88*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

João Sicsú (org.). *Arrecadação, de onde vem? E gastos públicos, para onde vão?* São Paulo: Boitempo, 2007.

por Maracajaro Mansor

As últimas décadas se caracterizam por profundas mudanças em favor da liberalização e flexibilização dos mercados combinados com uma redução da intervenção direta do estado na economia. Este contexto está relacionado com o crescimento de políticas econômicas dominadas por uma lógica conservadora que subordina o orçamento público às necessidades do sistema financeiro. O sentido geral de tais políticas, seguindo os argumentos convencionais, é garantir a *estabilidade e o crescimento* dos mercados através da flexibilização de direitos e de estímulos ao ingresso da iniciativa privada em todas as esferas da vida social. Por estabilidade dos mercados entende-se estabilidade dos fluxos de capital, o que exige redução dos riscos envolvidos nas movimentações financeiras, não importando se as políticas necessárias para tal redução de riscos reduzam ainda mais a parcela da população que possui alguma estabilidade em suas condições de vida.

Mas, não basta reduzir risco, também é necessário aumentar a lucratividade do setor real, o que estimula tanto o ingresso de ca-

pital produtivo quanto de capital financeiro no país. Os detentores de capital decidem suas aplicações considerando os riscos e os retornos. Assim, a flexibilização de direitos aumenta a lucratividade das empresas através da redução de custos associados ao trabalho e, na medida em que o próprio governo possui custos de trabalho, aumenta também a capacidade de pagamento do governo. Por estes motivos, a flexibilização de direitos beneficia o capital tanto através da redução dos riscos quanto pela elevação dos retornos. Mas deve ficar claro que se trata de redução de riscos para o capital e elevação dos ganhos do capital, e não do conjunto da sociedade. A adoção de políticas conservadoras possui ainda o aspecto moral: ainda que as políticas conservadoras não tenham efeitos significativos sobre a solidez das contas do governo, a adoção de tais políticas é vista como um sinal de confiabilidade do governo, e, portanto, vale como um instrumento de redução de risco.

As políticas conservadoras aparecem como as únicas possíveis, como única alternativa economicamente racional de lidar com estes problemas. Tais políticas são o resultado do crescimento do sistema financeiro, e são necessárias para a “boa” operação do capital neste novo cenário. Por outro lado, estas práticas conservadoras reforçam os mecanismos de financeirização criando novas oportunidades de lucros e novas garantias.

O resultado de todo este processo, e a história recente do Brasil é prova disso, tem sido a diminuição dos recursos voltados para as políticas sociais e o crescimento da parcela dos recursos públicos subordinados à lógica financeira. Fato ainda mais grave quando consideramos o crescimento da carga tributária. Não é necessário fazer considerações adicionais para rejeitar a idéia de que a o peso da carga tributária brasileira é culpa do financiamento público de direitos sociais – que são colocados no debate político como “privilégios”. Se os gastos sociais têm perdido participação nos gastos públicos enquanto os gastos financeiros têm alcançado uma parcela cada vez maior das arrecadações, o crescimento da carga

tributária não pode ser atribuído a excessos de gastos sociais. Pelo contrário, como afirma Dedecca na contra-capla, a carga tributária brasileira “exige um esforço tributário enorme da sociedade, mas que destina boa parte destes recursos para poucos.” Esta discussão da carga tributária será retomada ao longo da resenha do livro *Arrecadação, de onde vem? E gastos públicos, para onde vão?*

Todas estas polêmicas passam pela discussão do papel do Estado na economia. A idéia de que o estado é uma instituição capaz de promover o crescimento e contribuir para a redução dos problemas sociais foi substituída pela concepção que afirma que o setor público é ineficiente, e esta tem sido mais uma razão para defender a redução do estado ao mínimo necessário para garantir o funcionamento do mercado, isto é, para garantir a estabilidade e a flexibilidade já mencionadas. Sobre este aspecto, Francisco de Oliveira, no prefácio, comenta que este processo “anulou a soberania nacional quanto à política econômica” e que “essa conjuntura (...) é o resultado da despolíticação da economia e da desnacionalização da política” (p. 10).

Estas questões se referem ao padrão de acumulação de capital que se desenvolveu nas últimas décadas. Mas cada componente particular desta totalidade é um problema em geral pouco compreendido. Mesmo quando o movimento geral está adequadamente elucidado – o que não é o caso na maioria das vezes – é necessário conhecer a estrutura contábil e constitucional envolvida em cada uma das questões para saber como este movimento se dá na prática. Faz-se muita propaganda, muita divulgação de idéias falsas, que acabam – pela repetição – aparecendo como “verdades”. Sicsú comenta sobre este “marketing” na apresentação do livro:

Interpretações deformadas da realidade brasileira são repetidas nos jornais (s sofisticados e de massa), nas revistas (semanais ou de focos televisivos) nas rádios (AM e FM) e nas emissoras de televisão (de canal aberto ou fechado). São repetidas também nas universi-

dades, nos cursos de graduação e pós-graduação. Atua junto à intelectualidade e ao cidadão comum, desinformado. É um movimento volumoso e persistente. Seu método principal é o da repetição: idéias absurdas são repetidas de forma incessante até serem deglutidas com sabor.(p. 13.)

Toda esta propaganda contribui também para que este processo pareça um inevitável consenso entre aqueles que, supostamente, analisam a realidade com responsabilidade. Leda Paulani, ao comentar esta “submissão à determinado estado de coisas e sua conivência para com ele”, lembra da expressão “utopia do possível” cunhada pelo Fernando Henrique Cardoso (p. 121).

O caso da Previdência Social é um bom exemplo de como a propaganda pode atuar para construir “verdades”. Denise Lobato Gentil argumenta que a Constituição de 1988 previa diversas fontes de financiamento do sistema de seguridade social para prevenir as contas públicas de eventuais prejuízos provocados pela a instabilidade da folha de salários. Desta forma, desde sua criação estava previsto que a arrecadação baseada na folha de salários podia ficar aquém dos gastos, e por isso outras formas de financiamento foram criadas. Toda a propaganda do déficit, entretanto, desconsidera estas fontes previstas na Constituição. Rosa Maria Marques ressalta ainda que o sistema de seguridade social foi realizado na contramão do fortalecimento do sistema financeiro, e que, por este motivo, a previdência social é atacada desde sua criação. Paulo Passarinho apresenta os processos econômicos desde o plano real, passando pelas privatizações e pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), que vem alterando a estrutura de arrecadação e gastos previstos pela Constituição.

Depois destes três capítulos iniciais que se concentram na desconstrução de toda a propaganda existente sobre o suposto déficit da Previdência Social, os textos de Lena Lavignas e Marcio Pochmann analisam o conjunto do Sistema de Seguridade no Brasil e

a recente redução monetária da desigualdade. Lavignas explicita a ausência de outras políticas sociais necessárias para a efetiva redução da desigualdade, tais como investimento em educação, saneamento básico, habitação e etc. Neste período, dentre todos os gastos sociais, somente saúde obteve aumento significativo de verbas, isso devido a criação de uma Emenda Constitucional no ano de 2000 que vai em sentido contrário aos processos de Desvinculação de Receitas da União (DRU). Esta emenda obriga “municípios e estados a aplicar, no mínimo, respectivamente, 15% e 12% de suas receitas próprias somadas às transferências constitucionais até o exercício financeiro de 2004. (...) Daí, provavelmente, sua evolução em três anos ter sido tão positiva.” (p. 55.) Este caso comprova que uma redução “sustentada” da desigualdade de renda exige procedimentos contrários aos empregados pela DRU.

Pochmann analisa a importância que as políticas sociais tem tido para o desempenho econômico do Brasil em aspectos relacionados a emprego e renda. Apesar da recente redução da desigualdade de renda apresentar todas as limitações expostas por Lavignas, Pochmann argumenta que os gastos sociais tem tido importância fundamental para que o nível de desemprego não seja ainda mais elevado. Ele mostra ainda que a redução da desigualdade de renda tem se limitado à redução das diferenças de renda do trabalho, não afetando a lucratividade seja do capital produtivo, seja do capital financeiro. Enquanto a renda dos ocupados foi reduzida em 18,8%, o poder aquisitivo do salário mínimo foi elevado em 29,6% entre 1995 e 2004. Isso, combinado com os gastos de assistência social, reduziu as desigualdades da renda do trabalho. Mas as “formas de renda que mais tem crescido no Brasil, como juros, lucros, renda da terra e aluguéis” não são afetadas negativamente pelas políticas públicas. Desta forma, o que temos presenciado é um aumento da desigualdade de renda entre capital e trabalho, e a atual redução do índice de Gini se deve somente à redução monetária da desigualdade entre trabalhos.

Após estes cinco capítulos dedicados aos gastos, Evilásio Salvador analisa a composição da carga tributária, as razões de seu crescimento na última década. Ele começa apresentando as diferenças entre as concepções keynesiana e neoclássica de estado. Em seguida ele argumenta que o crescimento da carga tributária no Brasil – de 29% para 37 % entre 1994 e 2005 – ocorreu, principalmente, através da Cofins, da CPMF e do “aumento não legislado do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, congelando a tabela e as deduções do Imposto de Renda” (p. 80). Desta forma, fica claro que o crescimento da carga tributária se sustentou principalmente sobre os trabalhadores. Salvador argumenta ainda que a elevada importância dos tributos sobre bens e serviços torna a carga tributária brasileira regressiva porque a parcela da renda que se destina ao consumo se reduz para níveis elevados de renda. Além disso, a remuneração do capital – seja sob a forma de lucro ou de juro – é pouco tributada em relação às taxas aplicadas sobre as remunerações do trabalho. Este último fato se torna ainda mais grave na medida que a participação dos salários no PIB se reduziu de 32% para 25,7% entre 1994 e 2003, enquanto a participação dos rendimentos do capital se elevou em 11% no mesmo período. Salvador encerra seu capítulo reafirmando a necessidade de que o sistema tributário esteja a serviço da distribuição de renda e defende um resgate dos princípios consolidados pela Constituição de 1988 que vêm sendo atacados.

Nos capítulos seguintes o livro é dedicado a aspectos dos mais polêmicos, capazes de provocar controvérsias mesmo entre aqueles que defendem a maioria das teses apresentadas anteriormente. Um capítulo sobre o Programa de Aceleração do Crescimento do governo Lula da Silva, escrito por João Sicsú, inicia os pontos polêmicos. Depois se seguem dois capítulos – primeiro com Carlos Eduardo Carvalho e depois com uma parceria entre Carlos Vidotto e Sicsú – que discutem o que se deve fazer com a dívida pública. Logo no primeiro parágrafo Sicsú defende que:

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa uma mudança de concepção do governo Lula: uma nova forma de pensar a relação entre duas instituições essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade – o Estado e o mercado. Elas devem interagir por meio de ações de governo para estimular o crescimento econômico e promover justiça e seguridade social. (...) Com o PAC o governo tenta retomar o controle da nau Brasil, que estava à deriva. (p. 93.)

Em seguida Sicsú contrapõe as concepções neoclássica e keynesiana de Estado a partir de considerações acerca do impacto que o investimento público possui sobre o investimento privado em cada uma destas teorias. Depois ele argumenta que, apesar dos investimentos previstos não serem “absolutamente notáveis”, “eles poderão saltar do patamar de 0,5% para 1% do PIB”, o que representa uma reaproximação do governo com a concepção keynesiana. Além disso o PAC prevê estímulos, através da redução seletiva de impostos, para setores estratégicos. A política fiscal do governo considera agora objetivos mais amplos, incluindo a promoção do crescimento como outro fator relevante ao lado da relação dívida/PIB. Esta é, inclusive, uma forma alternativa – e, segundo Sicsú, mais consistente – de alcançar o equilíbrio das contas públicas, baseada no aumento da capacidade de arrecadação que acompanha o crescimento da riqueza da economia.

A principal crítica apresentada se refere à prática de juros elevados, incompatível com os objetivos de crescimento estabelecidos no programa. Esta crítica reaparece no capítulo escrito conjuntamente com Vidotto, onde são discutidas, entre outras coisas, alternativas para a redução dos gastos públicos destinados ao pagamento da dívida interna. Estas alternativas são apresentadas depois de uma análise das políticas econômicas adotadas desde o Plano Real. Muitas das discussões que comentamos aqui são retomadas, incluindo a evolução da dívida. Os autores argumentam que, pelo menos desde o Plano Real, as políticas monetárias estão

no “topo da hierarquia de políticas”, subordinando “as diretrizes de gestão fiscal” (p. 117). Quando se considera a composição dos gastos fiscais do governo, o que inclui os gastos oriundos da dívida pública, se torna clara a necessidade de redução dos juros para reduzir a subordinação da política fiscal à política monetária. Para tanto são realizadas duas propostas centrais: a adoção de controle de capitais e a elaboração de medidas que contribuam para o controle da inflação, por exemplo a desindexação do reajuste de tarifas públicas.

O texto de Carlos Eduardo Carvalho se dedica a demonstrar que “a dívida pública é um dos principais instrumentos de dominação dos rentistas e do grande capital sobre a sociedade brasileira” (p. 99), e que se deve revelar que existem diversos interesses por trás desta questão. Desta forma, não se pode tratar o manejo da dívida como uma discussão técnica, mas como uma discussão política que afeta os interesses da população brasileira. A dívida pública interna, em 2006, correspondia a 52,9% de toda a riqueza produzida no país. Trata-se, portanto, de um aspecto fundamental das condições econômicas do país. Com este objetivo de trazer o problema da dívida para o terreno da disputa política, Carvalho expõe algumas das principais falácias que envolvem a questão. A primeira destas falácias é que os “credores emprestaram seus recursos ao Setor Público e que, portanto, têm o direito incontestável de recebê-los de volta” (p. 102). Através de exposição de dados sobre o crescimento da dívida desde 1990, ele mostra, entre outras coisas, que o crescimento da dívida se deve à práticas de juros muito elevadas, e não porque o governo gastou mais do que arrecadava. Isso significa que o principal fator responsável pelo atual nível da dívida é a prática de políticas econômicas que os governos vem adotando seguidamente. Não se trata, portanto, de uma opção de adiantamento de consumo ou de investimento, mas de um efeito da política de juros. Outro mito desmontado é de que o governo Lula aliviou o problema tendo melhorado seu perfil. Carvalho ar-

gumenta que a queda da dívida líquida se deve principalmente a fatores cambiais, não caracterizando uma melhora estrutural da economia.

A partir daí o texto analisa quais são os riscos verdadeiramente envolvidos caso se opte por mudanças no tratamento do problema. Toda argumentação apresentada neste capítulo, ao chamar a atenção para os conflitos de interesse que estão envolvidos, serve como reafirmação da validade das discussões de alternativas, tal como Vidotto e Sicsú fazem. Mas estes autores realizam discussões voltadas para o aspecto técnico, a administração econômica do setor público apontando para direções diferentes das que tem sido escolhidas até o momento. Mas são os textos de Leda Paulani e, principalmente, de João Antônio de Paula que levam a fundo as implicações da existência de interesses contraditórios, não só em relação à dívida pública, mas em relação todos os conflitos sociais que povoam uma sociedade dividida em classes.

Paulani defende que, “para a construção de um modelo alternativo de política econômica, o primeiro passo é discutir formas de libertar o funcionamento da economia dos interesses, que já há algum tempo prevalecem.” (p. 122.) Para isso, uma das principais alterações é a redução da taxa de juros, que simultaneamente teria a implicação de aumentar os investimentos e libertar as contas públicas. A médio e longo prazo um conjunto de mudanças estruturais e de desconcentração devem ser implementadas. A idéia é modificar a estrutura tributária em favor da distribuição de renda, impor restrições ao funcionamento do mercado financeiro e recuperar os serviços públicos fundamentais como saúde, educação, etc.

Esta variedade de perspectivas existente entre os autores que contribuem para o livro reforçam sua qualidade por estimular a reflexão sobre os conflitos sociais do Brasil. O próprio caráter do governo Lula não é consensual entre os autores. Vimos acima o que Sicsú pensa sobre o PAC, por exemplo. Paulani, ao contrário, comenta que “o novo século nos brindou com a mais conservado-

ra das políticas, levada à efeito por aquele que deveria ter sido o mais transformador dos governos.” (p. 121.) Mas, dentre todas as propostas apresentadas no livro, a que leva mais a fundo a constatação de que a sociedade é formada por interesses conflitantes é a de João Antônio de Paula. Em uma sociedade de classes não existe política de qualquer tipo que seja neutra em relação aos interesses antagônicos existentes. Assim, o principal fator decisivo para modificação ou continuidade de um conjunto de políticas econômicas é a relação de forças existente entre as classes. Esta relação de forças, por sua vez, depende de muitos fatores, incluindo os interesses de setores específicos da burguesia e dos trabalhadores.

Antônio de Paula ilustra, com citação de um conjunto variado de autores, a permanência da atualidade desta tese. Em seguida defende que, para obter conquistas sociais em favor dos trabalhadores, a partir da conjuntura atual:

trata-se de superar a disjuntiva entre programa mínimo *versus* programa máximo pela mobilização de uma iniciativa que, tendo incidência e pertinência na conjuntura, levando em conta as circunstâncias e o quadro geral da luta de classes, seja capaz de subsidiar as forças que lutam pela transformação social em torno de objetivos imediatos e mediatos organicamente articulados. ( p. 136.)

Antônio de Paula encerra seu capítulo apresentando uma proposta de programa para os movimentos sociais engajados na transformação da sociedade. Mudanças de políticas econômicas – assim como todas as demais transformações sociais – surgem como resultado da mobilização, da realização de exigências ao governo. O livro, em capítulos anteriores, demonstra a existência de interesses – muito mais do que racionalidade econômica – por trás das políticas econômicas. Sendo assim, não bastam argumentos para modificar as práticas governamentais. Os argumentos são fundamentais para revelar os interesses, mostrar quem está

ganhando com as atuais políticas econômicas. É importante que esta informação circule, que todos estejam habilitados para avaliar criticamente as informações que são repetidas diariamente em todos os meios de comunicação. Este livro é uma importante contribuição neste sentido.

O último capítulo do livro é escrito por Maria Lúcia Fatorelli Carneiro. Em seu texto, ela passa por todas as discussões realizadas ao longo do livro, com especial foco no processo histórico de endividamento das economias subdesenvolvidas. São feitas diversas considerações sobre o caso brasileiro desde a década de 1970. Entre outras coisas ela indica que, “de 1978 a 2005 pagamos de juros e amortizações da dívida externa US\$ 241,7 bilhões a mais do que recebemos de empréstimos, mas mesmo assim a dívida saltou de US\$ 52 bilhões para US\$ 188 bilhões no período. Nesta apresentação histórica, a participação direta dos credores nas políticas de endividamento ficam claras. Além disso Fatorelli retoma a discussão do crescimento da carga tributária, indicando sua relação com o pagamento de juros – e não com os gastos sociais.

Vale encerrar esta resenha com a reprodução de uma proposta de ação feita por Fatorelli que, embora não contemple tantas questões como fazem Paulani e Antônio de Paula, é um bom passo para estimular a discussão sobre todos os pontos abordados ao longo do livro:

Portanto, a primeira ação voltada no sentido de corrigir o manejo do endividamento público é a realização de uma profunda auditoria. A auditoria das dívidas poderá trazer uma contribuição importante na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo. Certamente trará elementos contundentes para avançarmos na luta pelo não pagamento, repúdio ou anulação das dívidas injustamente cobradas e, indiretamente, para a mudança das estratégias de desenvolvimento baseadas na utilização de empréstimos externos (p. 154).